



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2026
(Do Sr. José Medeiros)

Apresentação: 20/05/2026 13:38:58.607 - Mes

RIC n.1413/2026

Requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública acerca dos planos nacionais de segurança pública, combate ao crime organizado e proteção das fronteiras no período de 2023 a 2026.

Senhor Presidente,

Fundamentação Constitucional e Regimental.

Com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no dever constitucional de fiscalização dos atos do Poder Executivo e considerando a grave escalada da violência no território nacional requer-se o envio das informações abaixo relacionadas.

REQUER-SE:

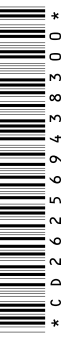
PAINEL NACIONAL DE RESULTADOS “SEGURANÇA PÚBLICA”.

I — Estatísticas Consolidadas

Encaminhar relatório técnico consolidado contendo, entre janeiro de 2023 e maio de 2026:

Número absoluto e percentual de:

- Homicídios;



* C D 2 6 2 5 6 9 4 3 8 3 0 0 *



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

- Latrocínios;
- Femicídio;
- Roubos de carga;
- Tráfico internacional de drogas;
- Tráfico de armas;
- Lavagem de dinheiro;
- Crimes em fronteiras;
- Atuação de facções criminosas interestaduais.

Taxa nacional de resolutividade:

- De crimes federais;
- De operações interestaduais;
- De investigações de organizações criminosas;

* de crimes financeiros ligados ao narcotráfico.

Dados detalhados por:

- Estado;
- Município;
- Região de fronteira;
- Corredor logístico utilizado pelo crime organizado.

OPERAÇÕES FEDERAIS E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

II — Planos Programas e Operações.

Encaminhar a Lista completa de:

- Programas nacionais de segurança pública;
- Planos de enfrentamento ao crime organizado;





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

- Programas de vigilância de fronteira;
- Operações especiais federais;
- Ações integradas com estados.

Valor total executado em cada programa.

Cronograma físico-financeiro de:

- Aquisição de equipamentos;
- Viaturas;
- Drones;
- Armamentos;
- Sistemas de monitoramento;
- Centros de inteligência;
- Sistemas de reconhecimento facial.

Quantidade de:

- Prisões realizadas;
- Apreensões de drogas;
- Apreensões de armas;
- Bloqueios financeiros;
- Organizações criminosas desarticuladas.

FRONTEIRAS NACIONAIS

III — Controle Territorial e Segurança de Fronteiras

Informar o quantitativo atual:

- De efetivo federal em fronteiras;
- De bases operacionais ativas;





* de áreas descobertas sem monitoramento efetivo.

Quais contratos foram firmados:

- Para monitoramento eletrônico;
- Inteligência;
- Tecnologia de vigilância;
- Radares;
- Sistemas de integração.

Quais contratos:

- Sofreram aditivos;
- Atrasos;
- Paralisações;
- Aumento de custo.

Número de:

- Rotas identificadas do narcotráfico;
- Apreensões em fronteiras;
- Invasões registradas;
- Ocorrências de tráfico internacional.

GASTOS, CONTRATOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

IV — Transparência Fiscal

Encaminhar todos os contratos firmados entre 2023 e 2026 relativos

a:

- Segurança pública;





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

- Monitoramento;
- Inteligência;
- Policiamento;
- Fronteiras.

Empresas contratadas.

Valores pagos.

Notas técnicas e pareceres jurídicos.

Estudos técnicos que justificaram:

- Compras;
- Dispensas de licitação;
- Contratações emergenciais.

QUESTIONAMENTOS INSTITUCIONAIS

V — Efetividade das Políticas Públicas

Informar objetivamente quais metas nacionais foram efetivamente cumpridas.

Quais programas apresentaram:

- Baixa eficiência;
- Subexecução;
- Desempenho insatisfatório.

Quais auditorias identificaram:

- Falhas operacionais;





- Desperdício;
- Fragilidade de controle;
- Deficiência de integração entre órgãos.

ADVERTÊNCIA LEGAL

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, “Importa em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.”

Dessa forma a omissão, o envio parcial, a negativa injustificada ou a prestação de informações falsas ensejará responsabilização legal da autoridade competente.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento de Informação decorre da necessidade urgente de transparência institucional sobre os resultados concretos das políticas federais de segurança pública implementadas entre 2023 e 2026.

A violência tornou-se um dos maiores dramas nacionais.

O brasileiro vive cercado pelo medo, submetido à expansão do crime organizado, enfrentando narcotráfico, convivendo com facções cada vez mais estruturadas e assistindo ao avanço da criminalidade nas fronteiras nacionais.

Enquanto isso, o Governo Federal anuncia programas ineficientes, operações integradas sem resultado, expansão de estruturas burocráticas sem apresentar de forma clara os indicadores concretos, a eficiência operacional e os resultados reais para a população.





A Constituição Federal estabelece, em seu art. 144, que a segurança pública é dever do Estado e direito de todos.

Não se trata de propaganda institucional. Trata-se de obrigação constitucional.

O crescimento das facções criminosas, o domínio territorial em diversas regiões e o avanço do tráfico internacional demonstram que o país enfrenta uma crise estrutural de segurança.

Estudos técnicos e levantamentos públicos apontam o aumento da sofisticação do crime organizado, a ampliação das rotas internacionais de drogas, a expansão da lavagem de dinheiro e a utilização crescente das fronteiras brasileiras por organizações criminosas e o chefe do executivo, de forma completamente desastrosa, mencionar “ser o traficante vítima dos usuários”.

Especialistas em segurança pública alertam que a fragilidade no controle de fronteiras, a deficiência de integração entre órgãos e a ausência de planejamento operacional consistente favorecem diretamente a atuação do crime organizado.

Mesmo diante desse cenário alarmante, o Governo Federal amplia despesas e firma contratos milionários sem demonstrar de forma transparente os resultados efetivos dessas ações.

A população brasileira não suporta mais viver com medo, sofrer com assaltos, perder familiares para a violência e assistir ao fortalecimento das facções criminosas.





Enquanto comunidades convivem com tráfico armado, domínio territorial criminoso e insegurança diária o Governo Federal parece mais preocupado com discursos, propaganda e marketing político (narrativas institucionais) do que com resultados concretos.

A ausência de transparência sobre contratos, cronogramas, metas, indicadores, efetividade operacional compromete a credibilidade das políticas públicas, a confiança da população e o dever constitucional de prestação de contas.

A fiscalização parlamentar é dever constitucional irrenunciável.

O Congresso Nacional não pode aceitar obscuridade administrativa, omissão de dados, maquiagem estatística e a ausência de prestação de contas.

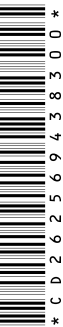
É indispensável verificar onde os recursos foram aplicados, quais resultados foram alcançados, quais programas fracassaram e quais estruturas não funcionaram.

O povo brasileiro exige segurança e não propaganda.

A população exige proteção, controle das fronteiras, combate efetivo ao narcotráfico, redução da violência e enfrentamento real ao crime organizado.

Diante disso, o presente requerimento busca assegurar a transparência, a responsabilidade fiscal, o controle institucional, a fiscalização parlamentar e respeito ao interesse público.

Sala das Sessões,





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Federal José Medeiros

Maio de 2026.

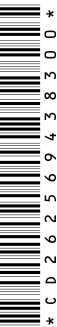
JOSÉ MEDEIROS
Deputado Federal
PL/MT

Apresentação: 20/05/2026 13:38:58.607 - Mes

RIC n.1413/2026



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD262569438300>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Medeiros



* C D 2 6 2 5 6 9 4 3 8 3 0 0 *